

DROGAS

usuário precisa de

cuidado, atenção e dignidade

E mais:

- Ouvidoria: novo canal de contato com o CFP – **p. 13**
- Estudo revela o abandono de pessoas atingidas por desastres – **p. 18**

Início de conversa

JORNAL EDITORIAL

Neste número do Jornal do Federal, a questão das drogas é a principal matéria. Não é sem motivo. O rumo tomado por esse tema tem causado preocupação e exigido muitas ações do Sistema Conselhos de Psicologia.

Muitas vezes, tem nos parecido, toma força no país um combate ao usuário e não às drogas. A desinformação, ou a informação parcial, colaboram para isso. O crack é exemplo. Fala-se muito em epidemia e se responsabiliza essa droga ilícita por grande parte dos problemas da sociedade brasileira. Temos nos perguntado, a cada vez que lemos uma notícia sobre o uso abusivo de drogas, quais são as outras drogas que cada um de nós usa a cada dia e que seguem invisíveis. Qual é a minha droga? Qual é a sua droga? Como convivemos com elas?

É da luta antimanicomial que vem a preocupação com as soluções simplistas que colocam na internação a resposta para o uso abusivo de drogas. Novamente, a pergunta sobre como convivemos com as drogas se coloca. Depois da internação, como voltar a conviver com o lugar onde, o usuário sabe, poderá encontrar a droga? Afastar é solução temporária; a solução definitiva é um longo caminho, ao lado do qual nós psicólogos podemos estar.

A Psicologia tem trajetória na construção de intervenções e de políticas públicas que respeitem a singularidade das pessoas e promovam a cidadania. Podemos, então, afirmar que a exclusão e a privação de liberdade trazem mais prejuízos do que benefícios.

Com as tecnologias de cuidado construídas no processo de desconstrução do manicômio, a Psicologia tem ferramentas e propostas para a consolidação de uma rede diversificada e territorializada de serviços que ofereçam cuidados desde o momento mais grave, das urgências, com leitos em hospital geral para os quadros de intoxicação e de abstinência grave, a implantação de Centros de Atenção Psicossocial (Caps), das Casas de Acolhimento Transitório (CAT), de equipes de Consultórios de Rua, de equipes de saúde mental na atenção básica, entre outros.

Nosso compromisso ético-político com a construção de uma sociedade efetivamente justa e democrática nos faz atuar por um país capaz de ofertar a seus cidadãos para o exercício de uma vida digna e com horizontes. Tal sociedade produz mais escolas que cadeias, mais praças que espaços de segregação e exclusão, mais cidadãos e menos vulnerabilidade social.

Ainda nesta edição, poucas páginas depois da matéria sobre drogas, deparamos novamente o tema, por novo ângulo. A Psicologia vem discutindo a medicalização de várias esferas da vida. Remédios, não custa lembrar, são drogas e são usados mais e mais, na mesma lógica simplista que transforma em patologias questões singulares da vida e dos relacionamentos. Hiperatividade e déficit de atenção têm sido enquadrados capazes de multiplicar o consumo de drogas e de tornar as crianças vítimas de estigmas.

Vivemos um paradoxo importante. O debate sobre o uso abusivo de drogas ilícitas toma o centro da discussão. Já o uso abusivo de medicamentos não parece causar tanta preocupação.

Ao questionar ambos os processos, a Psicologia coloca-se em lugar por vezes incômodo, mas sem dúvida importante, indagando sobre quais são de fato os problemas das pessoas e das sociedades.

Temos a obrigação de contribuir com esse debate. Lembremos as conclusões da IV Conferência Nacional de Saúde de 2010, que apontaram a prioridade do tratamento em meio aberto e o respeito aos direitos humanos dos usuários. Portanto, nosso compromisso na luta pela ampliação da rede de serviços substitutivos de saúde permanece na ordem do dia.

30 horas – Esta edição traz uma capa e adesivos da campanha das 30 horas de trabalho para profissionais da Psicologia. O objetivo é incentivar psicólogas e psicólogos a se mobilizar e articular-se com deputados de seus estados para aprovação do Projeto de Lei que determina a jornada de 30 horas. O PL foi aprovado no Senado e retorna à Câmara após modificações. Sigamos atentos!

EXPEDIENTE

XV PLENÁRIO

DIRETORIA

Humberto Cota Verona
Presidente

Clara Goldman Ribemboim
Vice-presidente

Deise Maria do Nascimento
Secretária

Monalisa Nascimento dos Santos Barros
Tesoureira

CONSELHEIROS EFETIVOS

Aluizio Lopes de Brito
Ana Luiza de Souza Castro
Flávia Cristina Silveira Lemos
Heloiza Helena Mendonça A. Massanaro
Marilene Proença Rebello de Souza

CONSELHEIROS SUPLENTE

Adriana Eiko Matsumoto
Celso Francisco Tondin
Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo
Henrique José Leal Ferreira Rodrigues
Márcia Mansur Saadallah
Maria Ermínia Ciliberti

Mariana Cunha Mendes Torres
Marilda Castelar
Roseli Goffman
Sandra Maria Francisco de Amorim
Tânia Suely Azevedo Brasileiro

PSICÓLOGOS CONVIDADOS

Angela Maria Pires Caniato
Ana Paula Porto Noronha

EDIÇÃO

Ana Luiza de Souza Castro

COORDENADORA-GERAL

Yvone Magalhães Duarte

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Priscila D. Carvalho

REPORTAGEM

Carolina Menkes
Priscila D. Carvalho
Livia Domeneghetti Davanzo
Lorena Rodrigues Santana

PROJETO GRÁFICO

Liberdade de Expressão

DIAGRAMAÇÃO

Alessandro Santanna

Cidadania



Foto - Estúdio Arte Fotografia/CFP

Inspeções de direitos humanos, relatório à ONU e primavera da saúde: pela continuidade da reforma psiquiátrica

Setembro foi mês intenso para as ações que relacionam, a partir da Psicologia, questões de direitos humanos, saúde pública, uso abusivo de drogas e formas socialmente valorizadas para o tratamento a usuários de álcool e outras drogas.

Em 26 de setembro, o CFP entregou a representantes da Organização das Nações Unidas (ONU) uma lista com denúncias de violação de Direitos Humanos em locais de tratamento para saúde mental, especialmente em manicômios e comunidades terapêuticas. Os casos ocorreram entre 2000 e 2010; 32 deles são do período 2009-2011. Receberam cópias do relatório Wilder Taylor Souto, do Subcomitê de Prevenção à Tortura do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU, e Mario Coriolano, membro argentino do Subcomitê. A entrega ocorreu durante o seminário "Panorama internacional de prevenção e combate à tortura", promovido pelo Comitê de Combate e Prevenção à Tortura do estado do Rio de Janeiro, presidido pelo deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL). O encontro ocorreu durante a visita dos representantes do Subcomitê para Prevenção da Tortura da ONU ao Rio.

Inspeção nacional

Dois dias depois, foram vistoriadas 62 instituições de internação para usuários de drogas, em 23 estados e no Distrito Federal, por represen-

tantes dos Conselhos Regionais de todo o país, defensores de direitos humanos, além de, em alguns estados, Defensorias e Ministérios Públicos. Esta foi a 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas. As anteriores haviam sido em unidades psiquiátricas, unidades de internação para adolescentes em conflito com a lei e insituições de longa permanência para idosos.

O objetivo foi levantar a situação do atendimento a usuários de álcool e outras drogas, para identificar abusos, maus tratos e violações de direitos humanos. A inspeção busca saber se os locais seguem padrões de tratamento de acordo com os princípios éticos e técnicos da Psicologia.

Cerca de 200 ativistas participam das atividades – psicólogos, assistentes sociais, médicos, militantes de direitos humanos e do movimento antimanicomial. Os resultados serão apresentados com o relatório final da inspeção, com previsão para ser publicado em novembro de 2011.

Primavera da saúde

Uma manifestação levou flores à Esplanada dos Ministérios, em Brasília, na manhã de 27 de setembro. Era o lançamento nacional do movimento Primavera da Saúde, que reuniu mais de mil pessoas de diversos estados e organizações, em frente ao Congresso Nacional, com o pedido de mais recursos para a saúde pública no Brasil. O

objetivo central do movimento, segundo o coordenador do ato e conselheiro nacional de Saúde de Santa Catarina, Ronald Freitas, é atacar o problema do subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS), com o direcionamento de no mínimo 10% das Receitas Correntes Brutas da União.

O CFP participou reivindicando o tratamento dos usuários de drogas com cidadania e em meio aberto, sem segregação (veja mais sobre o assunto nas páginas seguintes do Jornal Federal). Para o presidente do CFP Humberto Verona, "as manifestações podem fazer a diferença na história do sistema público de saúde, mas é preciso que estes recursos sejam destinados à rede do SUS e não às entidades privadas".

Houve audiências públicas com a Secretaria Geral da Presidência da República – estiveram Swedenberger Barbosa, secretário executivo, e o secretário nacional de Articulação Social, Paulo Maldos –, com o presidente do Senado Federal, José Sarney, e com a ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti. Ela disse ser imprescindível haver debates a respeito de uma nova fonte de recursos para a saúde. "Os 10% sem uma fonte de origem não se sustentam", afirmou.

O próximo ato público nacional da Primavera da Saúde será realizado em Brasília, em 30 de novembro, dia da abertura da 14ª Conferência Nacional de Saúde.

Drogas: cidadania e cuidado são chaves para a Psicologia

Atenção, escuta e respeito. São estes os três ingredientes básicos apontados por especialistas para a relação entre os usuários de álcool e outras drogas e os psicólogos. A experiência mostra que, mais do que de abstinência, adultos, crianças ou adolescentes em situações de vulnerabilidade precisam de cuidado.

Segundo o atual coordenador do Polo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde Coletiva da Universidade de Juiz de Fora, Telmo Ronzani, a postura preconceituosa da sociedade, que muitas vezes repercute nas políticas públicas e mesmo no contexto clínico ou do serviço, traz impacto direto na qualidade e no resultado das ações para prevenção, reabilitação ou reinserção social. Para o professor, o fortalecimento de políticas públicas inclusivas para essa população deve dar-se com o entendimento pela sociedade de que os usuários de drogas são cidadãos que têm direito ao cuidado.

Pelo fato de os usuários ainda serem vistos e vinculados ao tráfico ou a comportamentos criminosos, o uso e a dependência são muitas vezes interpretados como escolhas pessoais. De acordo com Telmo Ronzani, “Parar ou não de usar a substância também vira um problema do usuário, que é visto como fraco ou sem força de vontade”.

O fortalecimento de políticas públicas inclusivas passa pela compreensão de que a necessidade de tratamento não exclui ou anula os direitos de cidadania do usuário.

O psicólogo e psicanalista argentino Antônio Lancetti também ressalta o cuidado como soberano na relação com o usuário de drogas. “Às vezes, aproximar-se é de uma complexidade enorme. Todo mundo tem medo deles”, diz Lancetti. Mas chegar perto e conversar com o usuário é o primeiro passo. O pedido de ajuda, segundo ele, vem com a demanda de atendimentos à saúde, mesmo que inicialmente o usuário rejeite o auxílio.

“Mas muitas vezes, no final, eles pedem a internação. Querem uma fórmula mágica, como se independesse de sua participação”, conta, relatando experiência com populações de rua. Segundo Lancetti, ao ser internada — mesmo que não compulsoriamente —, a maioria fica um tempo nas clínicas e volta em seguida para as ruas.

Cuidado sem internação: Caps AD

Antônio Lancetti é, atualmente, supervisor do programa de saúde mental do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps AD) de São Bernardo do Campo, SP, que funciona 24 horas, inclusive nos finais de semana.

Lancetti ressalta a importância, a dificuldade e o desafio de tratar crianças e adolescentes. No Caps de São Bernardo, os cuidadores buscam propostas que permitam a saída do local: jogar bola, assistir a filmes à noite. “Esta metodologia é

tão interessante que um promotor da cidade já se manifestou contra as internações”, conta Lancetti.

No Caps AD do Guará, no Distrito Federal, o foco dos trabalhos está nas terapias em grupo, que, segundo uma das psicólogas do local, Andréia Lima, aliviaram bastante a agenda superlotada do Centro de Atenção. Atualmente, são 1.080 pacientes em atendimento para três psicólogos, sendo dois deles com 20 horas semanais de trabalho. Por conta disso, o Caps conta com o apoio de redes intersetoriais, como universidades e hospitais. Em casos graves de desintoxicação, os pacientes são encaminhados aos hospitais regionais e gerais, que acionam os hospitais psiquiátricos quando constatada a necessidade de avaliação psiquiátrica.

Outro mecanismo adotado pela instituição foi a triagem, na qual pacientes recém-chegados, em grupos de 30, apresentam suas demandas aos psicólogos. No encontro, profissionais tentam desmistificar a ação da Psicologia no tratamento da dependência química: “Os usuários conseguem parar e pensar em si: eu existo, tenho emoções e sentimentos”, conta Lima.

Além disso, todos os dias são realizadas atividades, como oficinas de desenho, sessões de filmes e reflexões sobre ética e justiça, grupos de desabafo e grupos com as famílias dos pacientes.

No Caps do Guará a abstinência é incentivada, mas o objetivo maior está no resgate da cidadania do usuário, que envolve o trabalho de redução de danos. A aproximação, com confiança e dignidade, segundo Lima, é o que cria o vínculo. É “fazer com que a pessoa olhe para você, veja que você compreende o processo pelo qual ela está passando e que você está ali para apoiá-la, mas deixando claro que sem a vontade dela ninguém vai conseguir ajudar”, conta. Um dos pacientes acolhidos pela psicóloga apareceu certo dia no Caps “totalmente perdido e desesperado”. Hoje, fortalecido, caminha muitas vezes cerca de 20 km para ir da cidade satélite de Taguatinga, onde mora, para o tratamento no Guará.

Usuário precisa de cuidado, atenção e dignidade.

Consultórios de rua

O projeto dos consultórios de rua surgiu no fim da década de 1990, em Salvador (BA), para atender pessoas em situações de risco e vulnerabilidade social. Consiste em uma equipe que circula – em percurso criado com base nas demandas analisadas – com um ambulatório móvel. Em vez de esperar que as pessoas venham até ela, a equipe, composta em sua maioria por profissionais de saúde, vai ao encontro de quem precisa. Para a conselheira Heloíza Massanaro, do Conselho Federal de Psicologia (CFP), a iniciativa abre portas para grupos sociais vulneráveis, pois leva outra lógica de ajuda: “O preconceito é grande e muitas vezes o sujeito nem procura o serviço de saúde por conta disso”. Em Goiânia, GO, os consultórios funcionam desde abril de 2011 e, segundo a coordenadora do projeto na cidade, a psicóloga Elaine Mesquita, o principal objetivo – a formação de vínculos para proporcionar maior acolhimento aos moradores de ruas – tem sido alcançado. “Como a lacuna na vida dessas pessoas é enorme, assim como suas demandas, a receptividade é muito grande. Nosso principal instrumento é a afetividade”. Em Teresina, PI, os consultórios de rua também foram implantados recentemente, mas já apresentam bons resultados. A única enfermeira do projeto, Christina Mayra de Castro, diz que os

usuários não têm problemas em dizer à equipe, por exemplo, que usam drogas. “Eles veem que nós não estamos ali para julgá-los”, avalia. Muitos dos atendidos já procuram o grupo e aguardam a chegada da Kombi nos horários previstos. “A intenção dos consultórios é não só ir até o espaço dos moradores de rua, mas ir até eles respeitando o seu modo de vida”, diz a enfermeira. Em casos mais sérios, relacionados à droga ou não, a equipe encaminha a pessoa às unidades de saúde. Lá é feito um trabalho prévio com os profissionais que atenderão o paciente, para que o recebam de forma mais inclusiva. “Este novo olhar vai se espalhando e outras instituições vão se abrindo. Elimina o preconceito e facilita que pessoas busquem esses locais de ajuda”, explica Mesquita. Uma das medidas que a psicóloga sugere é a desconstrução do discurso de que as drogas e a violência são a causa dos problemas: “Exclusão, desemprego, lares desestabilizados, estes sim são os verdadeiros causadores. As pessoas querem simplificar um fenômeno que é bem mais complexo”, afirma. Dentre os mais de 30 mil moradores de rua identificados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em pesquisa de 2007 a 2008, 35% apontaram a dependência química como principal razão pessoal da situação de rua, seguida pelo desemprego (30%) e pelos conflitos familiares (29%).

Cidadania

Os movimentos dos agentes de cuidado, no entanto, são muitas vezes confrontados com a ação da polícia, que realiza os conhecidos “rapas”. Para Mesquita, os atores das políticas públicas precisam chegar a um entendimento sobre a forma de abordagem: “as diferenças têm de ser conciliadas, por meio da união dos esforços entre os diferentes setores”. No caso dos consultórios de rua de Goiânia e Teresina, houve conversas prévias com os agentes de polícia, o que tem facilitado a atuação das equipes de saúde.

Comunidades terapêuticas e internação compulsória: direitos em risco

O financiamento público das comunidades terapêuticas – instituições que internam usuários de drogas – pelo Ministério da Saúde e a defesa de medidas de internação compulsória por diversas prefeituras dos estados brasileiros têm provocado estranhamento e reação de setores da sociedade, particularmente de entidades de direitos humanos, da luta antimanicomial e da redução de danos, além do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

O presidente do CFP, Humberto Verona, critica o fato de mídia e governo estarem ouvindo muito mais os atores a favor do financiamento público das comunidades terapêuticas e da internação compulsória de usuários de drogas ilícitas. Segundo ele, não há abertura para a opi-

nião de movimentos sociais, dos movimentos de usuários de álcool e outras drogas, dos psicólogos, do CFP e da Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (Renila).

O CFP e sua Comissão Nacional de Direitos Humanos vêm buscando espaços para apresentar sua perspectiva sobre o tema em atividades no Congresso Nacional e em reuniões com a Secretaria-Geral da Presidência da República.

Internação: retrocesso na política antimanicomial

Foi determinado – em regulamentação publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, em maio de 2011 –, que crianças e adolescentes apreendidos em “cracolândias” de-

veriam ser internados para tratamento médico, mesmo contra sua vontade ou a de seus familiares. Em São Paulo, a prefeitura deu o primeiro passo, no mês de julho, para a adoção da internação compulsória, com a implantação de sistema semelhante ao do Rio de Janeiro. A medida – ainda em análise – pode ser adotada tanto para crianças e adolescentes usuários de drogas quanto para adultos.

Segundo a coordenadora técnica de Saúde Mental da Secretaria de Saúde do município de São Paulo, Rosângela Elias, nos últimos dois anos, 4 mil moradores de rua foram encaminhados para atendimento médico. Isso resultou em 1,7 mil internações, 111 delas involuntárias ou compulsórias.

Heloíza Massanaro lembra que as medidas de internação de usuários que vivem nas ruas são verdadeiras políticas higienistas, com olhos para grandes eventos que serão realizados no país: “Isto mostra um momento histórico de muito retrocesso, que tem acontecido em grande parte por conta da Copa do Mundo de 2014. É uma política de fracasso”.

Segundo a conselheira do CFP, quando as pessoas têm recaídas, as críticas costumam cair sobre os Caps, com a justificativa de que eles falharam no tratamento. “Mas a internação como única forma de cuidado, a história já demonstrou que não trata, apenas exclui. Já o tratamento em



**Internações por drogas:
novos manicômios**



**Não à internação compulsória
Sim ao tratamento
em liberdade**

liberdade possibilita que a pessoa se reinvente”, diz Massanaro. O caminho, portanto, seria fortalecer e ampliar os Caps e a rede de assistência, permitindo atenção e cuidado em meio aberto.

A representante da Renila e membro da Comissão de Direitos Humanos do CFP, Rosemeire Silva, acredita que a adoção da medida da internação compulsória contraria o que dispõe a Lei 10.216/91, que institui a reforma psiquiátrica antimanicomial e trata o usuário de álcool e outras drogas como um perigo para a sociedade.

“O governo tem que ter cautela, pois a adoção dessa medida nacionalmente deixa-o com uma única saída: impor a força”, diz Silva. Segundo ela, é sempre possível convidar o usuário a consentir no tratamento.

Comunidades terapêuticas: contra o financiamento público

A presidenta Dilma Rousseff, em pronunciamento nacional realizado no dia 6 de setembro, anunciou que será lançada uma rede de cuidados em saúde mental, crack, álcool e outras drogas, que inclui o financiamento público a comunidades terapêuticas.

A rede faz parte da parceria que o Ministério da Saúde propõe, na sua Política de Saúde Mental, com estados e municípios. Serão ofertados, em um mesmo território, unidades básicas/Programas de Saúde da Família, consul-

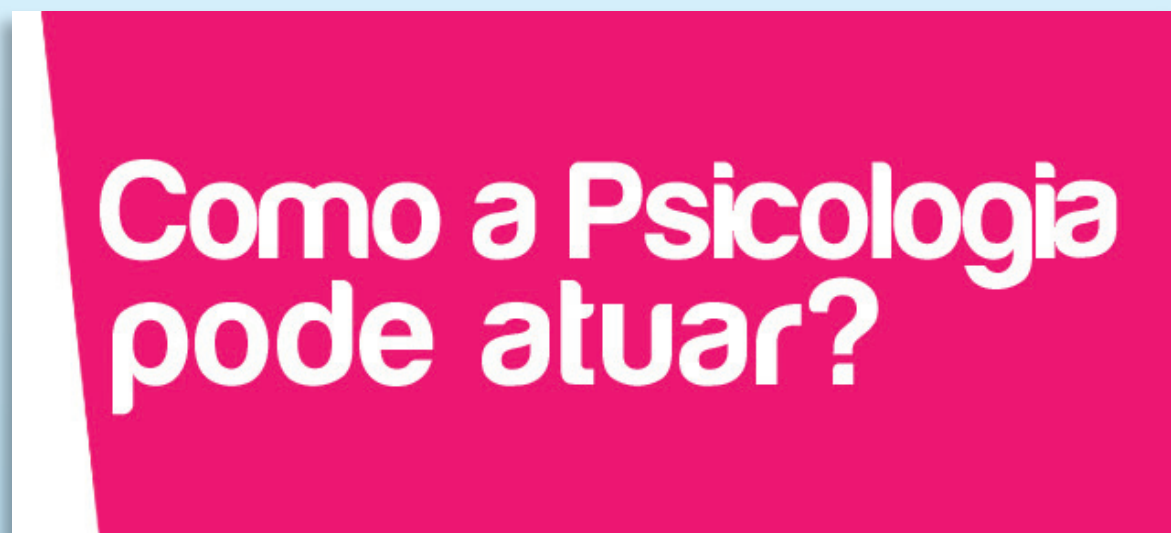


tórios volantes para abordagem e cuidado das pessoas em situação de rua, enfermarias especializadas em pacientes usuários de álcool e drogas, unidades de acolhimento para pessoas que necessitem de internação prolongada, parcerias com entidades do terceiro setor e com comunidades terapêuticas.

Dos R\$ 410 milhões previstos para quatro órgãos federais inseridos no Plano de Enfrentamento ao Crack, lançado em 2010, foram investidos R\$ 70 milhões pela pasta da Saúde até julho deste ano. Esses recursos foram aplicados em ações que incluem desde a aquisição de equipamentos, custeio e implantação de Centros de Atenção Psicossocial (Caps) até o financiamento de leitos de internação específicos para usuários de álcool e drogas e em comunidades terapêuticas.

O financiamento público às comunidades terapêuticas, segundo o presidente do CFP, Humberto Verona, vai na contramão das práticas clínicas e políticas reafirmadas pela IV Conferência Nacional de Saúde Mental, de 2010, que reforçam o tratamento em meio aberto e o respeito aos direitos humanos dos usuários. Denúncias de maus-tratos têm-se multiplicado – cerca de 40 foram apresentadas pela Renila e pelo CPF à Secretaria de Direitos Humanos e, por meio dela, à Presidência da República.

O CFP reforçou sua opinião contrária às comunidades terapêuticas, no manifesto “Drogas: pelo tratamento sem segregação” (disponível em: <http://drogasecidadania.cfp.org.br/>) e em seu posicionamento, ambos divulgados em agosto: “Os recursos do SUS devem ser destinados a criação e ampliação da rede de serviços substitutivos e não a lugares e instituições com princípios e formas de atuação contrários à ética que os sustenta: a defesa dos direitos humanos, a liberdade e a inclusão dos usuários no território”.



Para saber mais sobre Psicologia, cidadania e drogas, visite

<http://drogasecidadania.cfp.org.br>

A crescente medicalização de esferas da vida preocupa a Psicologia

Em oito anos, aumentou 1.616% o consumo de Metilfenidato, princípio ativo dos remédios Ritalina e Concerta, receitados para crianças com hiperatividade ou déficit de atenção. Em 2000, foram vendidas 71 mil caixas desses medicamentos no Brasil. Em 2008, as vendas atingiram 1,14 milhão. Amplamente difundido, o Metilfenidato ganhou o apelido de “a droga da obediência”.

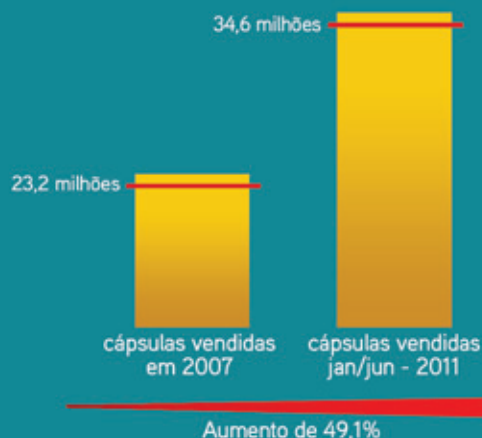
Fenômenos como esse vêm chamando a atenção da Psicologia e se tornaram objeto de estudos e debates por profissionais da área, preocupados com o fato de questões da vida social, sempre complexas, multifatoriais e marcadas pela cultura e pelo tempo histórico, serem reduzidas à lógica médica, vinculando aquilo que não está adequado às normas sociais a uma suposta causalidade orgânica, expressa no adoecimento do indivíduo.

Em suma, a ideia de que problemas de comportamento devem ser tratados como doenças, distúrbios ou transtornos vêm crescendo na sociedade brasileira. É cada vez mais comum que questões de convivência e de inadequações à vida cotidiana sejam tratadas como problemas médicos. Cresce também o uso de medicamentos para questões relacionadas à saúde mental, sobretudo para quadros depressivos e psicóticos (ver quadro), mas é na área da educação que o problema vem sendo estudado mais detalhadamente pela Psicologia.

“Nós, psicólogos, estamos muito preocupados com essa onda crescente de busca por solução para questões que são do âmbito social e afetam a nossa maneira de ser em algo orgânico, a partir da ideia de que tais questões poderiam ser sanadas por algum tipo de droga. Que subjetividade estamos construindo? Como enfrentar os desafios cotidianos se não encontrarmos instrumentos e estratégias a partir de nossas ações e reflexões?” questiona Marilene Proença, conselheira do CFP e diretora da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional.

De acordo com a psicóloga Beatriz de Paula Souza, membro do Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar (Lieppe) do Instituto de Psicologia da USP, as explicações para o fenômeno são variadas: passam pela questão mercadológica, para aumentar vendas da indústria farmacêutica, e chegam na questão do controle social. “Esses diagnósticos, como por exemplo hiperatividade e déficit de atenção, tentam conter a diversidade do ser

CONSUMO CRESCE



Dados da consultoria farmacêutica IMS Health Brasil, levantamento feito a pedido do IG Saúde.



Os dados são do IMS-PMB – Pharmaceutical Market, publicação de um instituto suíço que mantém atualizado os dados do mercado farmacêutico brasileiro.

Seminário Internacional A Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos

O II Seminário Internacional A Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos, que acontece entre os dias 11 e 14 de novembro de 2011 em São Paulo, pretende aprofundar a percepção da Psicologia sobre a questão da medicalização da sociedade.

Informações sobre o seminário estão na página <http://www.crpasp.org.br/medicalizacao>. Nela, também estão disponíveis publicações e informações sobre o tema.

humano, patologizar todos aqueles que saem do padrão desejado. Se a criança não se ajusta à escola, não se comporta como as autoridades educacionais querem, é um potencial fácil de ser atingido pela medicalização”, revela.

Uma das consequências desse fenômeno, segundo Beatriz de Paula Souza, é que as pessoas que estão sendo medicalizadas são exatamente aquelas que podem apontar necessidades de transformação. “Não se explicam problemas educacionais, não se busca resolver os problemas do sistema, mas coloca-se a culpa nas crianças, diagnosticam-nas como doentes”, explica.

Para a professora de pediatria da Unicamp Maria Aparecida Moysés existe um ideário social que aponta para a uniformização da sociedade. “Nessa padronização quem é diferente incomoda muito. O não aceitar as normas sempre incomodou na sociedade”, lembra.

A solução, segundo Moysés, não é simples e esbarra em interesses financeiros muito fortes. Ela alerta para a necessidade de estratégias para ajudar a resolver as questões apresentadas por aqueles que estão sendo medicalizados e não anestesiar os problemas.

A psicóloga Beatriz de Paula Souza coordena, dentro do Lieppe, um serviço de atendimento psicológico a crianças e adolescentes com dificuldades na escola e conta que, na maioria das vezes, conseguem reverter os diagnósticos patologizantes. “No atendimento, olhamos a singularidade daquela criança, daquele jovem que nos é apresentado como tendo dificuldade, levamos em consideração a rede de relações que o envolve – pais, professores, colegas de classe, meio social –, pois todos são partícipes no processo de aprendizado. Então, quando contextualizamos, analisamos as diversas situações, as coisas vão clareando, os significados aparecem”, explica.

Prêmio Profissional Avaliação Psicológica

na Perspectiva dos Direitos Humanos: inscrições abertas!



Estão abertas, entre 27 de agosto e 27 de novembro de 2011, as inscrições para o Prêmio Profissional Avaliação Psicológica na Perspectiva dos Direitos Humanos.

O prêmio tem como objetivo estimular profissionais de Psicologia a elaborar produções científicas que abordem as interfaces entre os preceitos da avaliação psicológica e os direitos humanos e que gerem reflexões sobre a avaliação psicológica que se realiza e que se deseja no século XXI.

Os trabalhos podem ser inscritos na categoria individual ou na categoria equipes – de no máximo quatro autores.

As premiações vão de R\$ 3 mil a R\$ 5 mil, mais certificado de premiação e divulgação dos

textos nos meios de comunicação do Sistema Conselhos de Psicologia. Informações e inscrições em <http://anotematico.cfp.org.br/2011/inscricao/>.

Ano temático da avaliação psicológica

Todos os anos, o Sistema Conselhos – formado pelos Conselhos Regionais e pelo Conselho Federal de Psicologia – escolhe um tema para permear debates, reflexões e atividades na categoria profissional durante o ano. Para 2011, o tema escolhido foi a avaliação psicológica, prática privativa dos Psicólogos que envolve processos complexos nos quais os Direitos Humanos devem ser garantidos, bem como os princípios éticos e técnicos da profissão.

O objetivo do ano é envolver todos os profissionais, das mais diferentes regiões do país, nas discussões em torno da prática da avaliação psicológica, para que os serviços oferecidos ganhem qualidade não só nos processos de avaliação, mas também nos documentos deles decorrentes, contribuindo assim para a qualificação dessa prática no Brasil.

Acontecerão Seminários nos Conselhos Regionais, de agosto a novembro de 2011, e um Seminário Nacional, em março de 2012. Para contribuir nos debates promovidos pelos Conselhos Regionais e alimentar a reflexão, foram elaborados textos geradores que tratam da avaliação psicológica sobre diferentes contextos e pontos de vista. Confira a publicação e a agenda de eventos em <http://anotematico.cfp.org.br/>.

Psicóloga e Senadora:



Marta Suplicy é uma psicóloga no Senado. Primeira senadora eleita pelo estado de São Paulo, é também a primeira vice-presidenta na casa legislativa, depois de ter sido deputada federal (1995-1998), prefeita de São Paulo (2001-2004), ambos pelo PT-SP, e ministra do Turismo (2007-2008). Engajada em discussões sobre direitos humanos e comportamento, a senadora vem trabalhando desde a década de 90 com assuntos como pareceria civil entre pessoas do mesmo sexo e está a frente dos debates sobre o espaço das mulheres na política.

Em 2011, atuou diretamente pela aprovação do PL das 30 horas de trabalhos para psicólogas e psicólogos no Senado. Confira a entrevista da senadora ao Jornal do Federal.

Jornal Federal – A senhora teve papel importante na aprovação do Projeto de Lei (PL) das 30 horas no Senado. Que outros PLs considera importantes para que haja mobilização da categoria?

Marta Suplicy – Considero o PL 150/09, que institui a jornada de 30 horas, muito importante para melhorar a qualidade de vida e atuação dos profissionais da categoria, que abrange cerca de 240 mil pessoas em todo o País. Minha defesa está baseada no fato de que o psicólogo – profissão que escolhi de coração e me dediquei profundamente – reúne características especiais, que exigem formação acadêmica intensa e também estrutura emocional equilibrada para bem atender o paciente. Esse cenário não é fácil de conjugar: a rotina do profissional é estressante. Ele se expõe a condições particularmente desgastantes, lidando com fortes tensões pessoais, conflitos de relacionamentos, sofrimento mental, desorganizações psicológicas traumáticas, transtornos afetivos crônicos, sociopatias diversas.

Mas, com certeza, há outros temas que podem ser defendidos. Confio na capacidade de organização e mobilização da categoria para apresentação de propostas ao Congresso.

Por exemplo, sou autora de um projeto que objetiva suprir uma lacuna legal quanto à cobrança da anuidade pelos Conselhos de Psicologia. A falta de legislação que autorize essa cobrança tem gerado questionamentos judiciais que põem em risco a própria existência dessas entidades. A criação dos Conselhos, juntamente com a regulamentação da profissão, nas décadas de 60 e 70, em pleno governo militar, foram importantes conquistas dos psicólogos, que passaram a contar com instrumentos de associação e defesa da profissão, que devem ser preservados.

Há também um importante projeto – atualmente na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – de autoria do ministro José Eduardo Cardoso, quando deputado, que trata da obrigatoriedade de revisões periódicas das interdições judiciais com base em enfermidade ou deficiên-

cia mental. Esse projeto restabelece a cidadania e defende a dignidade de pessoas judicialmente declaradas loucas, impedindo a banalização e exageros quanto a esse diagnóstico.

A senadora avalia que o Senado Federal tem conseguido tratar dos grandes temas que atingem a população brasileira? Há outros temas que gostaria de ver debatidos no Senado?

Sim, o Senado é uma casa de grandes proposições e de intensas negociações. Estamos debatendo temas importantes, como a reforma política, o Código Florestal, a criminalização da homofobia, questões às quais tenho focado atenção especial. O Senado é uma caixa de ressonância da sociedade, que utilizamos para direcionar nossos projetos e atuação. Recentemente, por exemplo, realizei em São Paulo um seminário para discutir alternativas políticas para o fortalecimento da gestão metropolitana, tema que considero importantíssimo. Com base nas discussões

entrevista com Marta Suplicy

que realizamos – com especialistas de instituições públicas, privadas, representantes internacionais, além de gestores públicos –, vamos elaborar projeto de lei ou proposta de emenda constitucional que possa oferecer ordenamento jurídico definido para essas regiões e, se for o caso, propor revisão das responsabilidades dos entes federativos.

Em artigo recente, falava com otimismo sobre o aumento da representação da mulher no mercado de trabalho, apesar de os salários continuarem com gigantesca diferença. O que é necessário para chegarmos a uma sociedade com equilíbrio nas relações entre homens e mulheres?

Hoje, temos uma mulher como presidenta do Brasil. Considero a eleição da presidenta Dilma o salto mais importante que tivemos desde o direito ao voto, em 1932. Mas, em 1932, eram só as mulheres casadas, viúvas e solteiras com renda própria que podiam votar. As restrições só acabaram em 1934. Porém, o voto feminino não era obrigatório. Apenas o masculino. Conseguimos, em 1946, o voto sem restrição. Tudo isso não faz muito tempo. A chegada à Presidência da República demorou, mas nem tanto. A eleição da Dilma tem impacto nas meninas, no imaginário, é muito simbólico uma mulher falando como primeira mandatária. Temos de continuar atuando e defendendo políticas afirmativas: o PT, recentemente, aprovou que 50% dos dirigentes do partido têm de ser mulheres (a paridade). Mais um avanço que afetará outros partidos. O PT esteve e está à frente dessa valorização e do empoderamento da mulher na sociedade brasileira.

Qual sua posição sobre o recuo do governo ao retirar de circulação o kit do projeto Escola sem homofobia?

A decisão foi para analisar melhor o material produzido. Penso que, assim como hoje os homossexuais são tratados de maneira diferente do que há dez anos, há também uma parcela das nossas crianças e jovens que são homofóbicos sem ao menos saber o que é isso. Não é à toa que o Ministério da Educação tomou a atitude de fazer esse kit.

Sua formação como psicóloga contribui para seu trabalho na política?

A Psicologia ensina a acolher, a entender. Muitas vezes as pessoas estão indo e você já está voltando! Mas se você tentar compreender demais os porquês psicológicos, poderá ter dificuldade para agir politicamente. As regras não são as mesmas. É um aprendizado importante saber

compreender o psiquismo, mas em política esta percepção é utilizada de outra forma que num consultório. Aprendo todos os dias.

A senhora foi deputada (1995-1998), e volta ao parlamento como senadora. Há mudanças em ser parlamentar mulher?

Quando fui deputada, era outro cenário, no Brasil e no mundo. Era mais complicado. As mulheres tinham bem menos espaços e meu mandato se prestava a buscar caminhos. Hoje, posso dizer, em relação ao passado, que o mandato como senadora acontece em um momento privilegiado do cenário político brasileiro, com o Brasil sendo comandado por uma mulher. Também houve diversos avanços em outros países. As mulheres estão em ascensão – não tão acelerada quanto eu gostaria – mas é evidente. O século 21 será das mulheres.

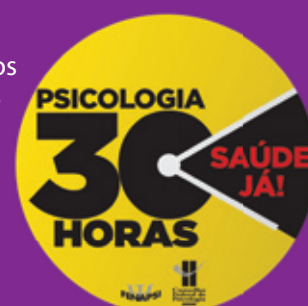
Campanha pelas 30 horas: participe!

O Projeto de Lei que determina 30 horas de jornada de trabalho para psicólogas e psicólogos está de volta à Câmara dos Deputados. Ele começou naquela casa, foi aprovado no Senado em 31 de agosto com modificações no texto original e por isso agora retorna à Câmara – identificado como PL 3338/2008.

O texto, originalmente de autoria do deputado Felipe Bornie, foi aprovado no Senado com emenda substitutiva da senadora Marta Suplicy. A emenda estabelece que eventual redução de jornada não deverá acarretar redução da remuneração. Ainda não foram definidas as Comissões nas quais o projeto deverá ser analisado na Câmara dos Deputados.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) e Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) estão mobilizados para a aprovação do PL e atentos à tramitação na Câmara. Está disponível em www.cfp.org.br uma campanha para envio de mensagens aos deputados.

Participe da campanha! Use e divulgue as praguinhas que estão neste jornal! Envie emails aos deputados e avise seus colegas de trabalho!



Dia da Psicóloga e do Psicólogo

Diversidade das mulheres é reforçada em debate on-line

Para comemorar o Dia da Psicóloga e do Psicólogo em 2011 foi realizado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) o debate “Psicologia brasileira: profissão de muitas e diferentes mulheres”, dando continuidade à campanha, de mesmo nome, que vem sendo realizada pelo CFP em 2011. Transmitido via internet, o evento teve cerca de 500 pontos conectados e está disponível na página do CFP no YouTube: <http://www.youtube.com/confederalpsicologia>.

A importância de se pensar a diversidade de mulheres no Brasil e o respeito à pluralidade deram o tom do debate, que teve início com alguns questionamentos de Anhamona Silva de Brito, secretária de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. Ela questionou: “Qual é o perfil da mulher psicóloga no Brasil, onde elas estão e quais são as complexidades que enfrentam no exercício da profissão, sejam negras ou brancas?”. Segundo Anhamona, a questão do racismo deve ser levada em consideração quando se discutem os direitos das mulheres no Brasil. “A maioria da população brasileira é negra e a maioria também é de mulheres. E as mulheres negras estão em situações de vulnerabilidade maior”. Mais uma vez, Anhamona questionou qual o perfil da mulher que está nos espaços de tratamento psiquiátricos e que mulheres têm ou não acesso a eles, provocando a Psicologia a pensar no tema.

A psicóloga Suely de Oliveira – militante feminista integrante do Fórum de Mulheres de Pernambuco – trouxe ao debate discussões de alguns capítulos da pesquisa *A mulher brasileira nos espaços público e privado*, da qual ela é uma das organizadoras, realizada pela Fundação Per-

seu Abramo. No universo da pesquisa, feita com mulheres e homens acima de 15 anos, Suely destacou temas relacionados à percepção de ser mulher no Brasil, ao machismo, ao uso de preservativos e à violência doméstica e sexual. “Apesar de a maioria dos homens admitir que a violência contra a mulher é errada, 57% admitiram que pelo menos uma vez já praticaram violência contra alguma namorada ou esposa e 43% que já o fizeram algumas vezes”, destacou.

Segundo a conselheira do CFP Marilda Castellar, o tema gênero já vem sendo abarcado com mais entusiasmo pelo Congresso Nacional, mas

para que a inserção e a permanência da questão se mantenham, é preciso a articulação com instituições de ensino superior, movimentos estudantis e movimentos de mulheres. “O Sistema Conselhos colocou como prioridade a discussão dessas políticas”, afirmou.

Assista o debate em <http://www.youtube.com/confederalpsicologia>.

Participe da campanha Psicologia: profissão de muitas e diferentes mulheres. Conte histórias de psicólogas que conhece e admira e publique fotos ou vídeos em <http://mulher.pol.org.br>.

Prêmio: conheça as vencedoras

Autonomia das mulheres e a contribuição da Psicologia para as estratégias de enfrentamento à violência foram alguns dos principais temas abordados por trabalhos inscritos no Prêmio Profissional Democracia e Cidadania Ativa das Mulheres. Durante o debate on-line, foram anunciadas as vencedoras do prêmio que, em vídeo, apresentaram suas experiências. Os depoimentos estão disponíveis na página da campanha (<http://mulher.pol.org.br>). Houve também seis menções honrosas. Todos os trabalhos serão, em breve, publicados pelo CFP em livro.

O primeiro lugar foi conferido ao trabalho *Gênero, direitos humanos e cidadania: a psicologia contribuindo para a resignificação da experiência da deficiência em mulheres de camadas populares* (Marivete Gesser e Adriano Nuernberg), de Santa Catarina. Em situação de múltiplas exclusões, o trabalho apresenta interessante proposta de atuação da Psicologia. Em segundo lugar ficou o trabalho sobre As oficinas sociais e o fortalecimento da autonomia feminina (Paloma Abelin Saldanha Marinho, Emmanuela Neves Gonsalves, Luciana Francez Cariello e Regina Cibebe Serra dos Santos Jacinto), apresentado por um grupo de jovens psicólogas no Rio de Janeiro, é experiência na qual a Psicologia consegue, articulada a outras profissões, contribuir para a autonomia de mulheres da periferia do Rio de Janeiro.

O terceiro lugar foi conferido à proposta *Mexendo no vespeiro*, da psicóloga mineira Simone Francisca de Oliveira, sobre experiência no Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Contagem (MG). Em grupos, as mulheres discutem experiências de vida e se fortalecem para enfrentar, entre outras, situações de violência e maus-tratos.

Serviços

Ouvidoria:

novo canal de comunicação com o CFP

No Dia da Psicóloga e do Psicólogo (27/8), o Conselho Federal de Psicologia (CFP) inaugurou sua Ouvidoria, instância criada para funcionar como canal de comunicação direta entre os profissionais, os cidadãos em geral e o Conselho, por meio do encaminhamento de críticas, questões, sugestões, dúvidas e elogios.

A criação da ouvidoria no CFP partiu de solicitação dos próprios profissionais, registrada entre as deliberações do VII Congresso Nacional de Psicologia (CNP), realizado em 2010.

Além de estreitar a relação da sociedade com o CFP, a Ouvidoria permite também que o cidadão e os psicólogos participem do controle de qualidade dos serviços prestados pela entidade.

O contato pode ser feito das seguintes formas:

- por telefone, gratuitamente e de qualquer parte do país, pelo 0800 642 0110;
- por e-mail (ouvidoria@cfp.org.br);
- pessoalmente, na sede do CFP, em Brasília-DF (Setor de Autarquias Federais Sul, Quadra 2, Bloco B, CEP 70.070-600);
- por carta, para o endereço do CFP;
- por Fax (61 21090150).



Cadastro Nacional de Psicólogos

busca unificar dados dos profissionais inscritos nos CRPs



Está em funcionamento o Sistema de Cadastro Nacional de Psicólogos, novo serviço via internet oferecido pelo Sistema Conselhos. O Cadastro Nacional tem como objetivo unificar os dados das psicólogas e dos psicólogos inscritos em todos os Conselhos Regionais para possibilitar uma base confiável e segura de dados nacionais e o maior conhecimento da categoria sobre o perfil dos psicólogos e das psicólogas no Brasil.

Para o pleno funcionamento do cadastro, será feito o recadastramento de todas as psicólogas e psicólogos do Brasil, inicialmente pelos profissionais inscritos no CRP-01 e, depois, por aqueles

inscritos no CRP-05. Os demais CRPs realizarão o processo segundo calendário a ser definido.

O recadastramento pode ser realizado via internet, pelo <http://cadastro.cfp.org.br> ou pela página do respectivo Conselho Regional de Psicologia (CRP).

Além da atualização de dados cadastrais online dos psicólogos, o recadastramento possibilita: a impressão de boleto de anuidade; canal de autoatendimento via internet; consulta à situação dos profissionais pelos Conselhos Regionais e disponibilização de dados para consulta da população, mediante autorização do profissional.

Visite: <http://cadastro.cfp.org.br>.

Peru: encontro fortalece a Psicologia Latino-Americana

Uma experiência inédita marcou a integração da Psicologia de dois países latino-americanos: Brasil e Peru compartilharam práticas, conhecimentos e aprendizados no I Encontro Brasileiro e Peruano de Psicologia, realizado entre 18 e 20 de julho. Iniciativa do Conselho Federal de Psicologia, em parceria com o Colégio de Psicólogos do Peru, ambos filiados à União Latino-Americana de Psicologia (Ulappsi), o evento teve o objetivo de estreitar a relação entre a Psicologia produzida nas duas nações. Foi a primeira vez que os países participaram desse tipo de experiência, que também contou com a participação de psicólogos de outros dez Estados latino-americanos.

O evento teve sede em Lima, capital do Peru, mas os participantes estiveram também em Arequipa, Trujillo e Cuzco. Nessas cidades aconteceram conferências em que os representantes brasileiros apresentaram aos peruanos a atua-

ção da Psicologia no Brasil em áreas como saúde pública e sistema penitenciário. Além disso, debateram preocupações da Psicologia nos dois países: "Foram discutidos temas como direitos humanos, compromisso social e perspectivas de políticas públicas", comenta o presidente do CFP, Humberto Verona.

Verona destaca o fortalecimento do vínculo entre a Psicologia latino-americana, o que representa uma porta aberta para a integração entre todos os países. "Para além dos resultados práticos e dos conteúdos discutidos, esse valor simbólico da união e da aproximação foi uma das coisas mais importantes do encontro", avalia.

O vice-decano nacional do Colégio de Psicólogos do Peru, prof. dr. José Livia, comenta que esse tipo de encontro permite reconhecer diferentes valores culturais e traz contribuições para a Psicologia dos países da América Latina. "Abre a possibilidade de trabalhos conjuntos e intercâmbio. Permite reconhecer que nossos problemas são parecidos e compartilhar experiências", diz ele. O professor apresentou a palestra *La sociedad de la información y el desarrollo de la Psicología*, na qual discutiu as fontes de informação da Psicologia e a relevância da Biblioteca Virtual como fonte de informação.

Participação brasileira

A delegação brasileira foi composta por 12 psicólogas e psicólogos. O ambiente de trocas foi salientado por Ana Paula Noronha, conselheira do CFP. Ela participou de duas conferên-

cias que trataram do cenário da Avaliação Psicológica no Brasil. "Esses eventos propiciam um momento de 'troca' muito importante. Conheci alunos e docentes, fiz contatos, troquei informações e tenho em mente que novas parcerias podem surgir", diz.

A diretora da Biblioteca Dante Moreira Leite, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Imaculada Sampaio, participou do Simpósio de Informação e Gestão de Conhecimento em Psicologia, no qual foram apresentadas as bibliotecas virtuais que contêm artigos, livros e trabalhos que facilitam a organização e a disseminação do conhecimento em Psicologia. Durante o simpósio, ministrou a palestra *La Biblioteca Virtual de Salud – Psicología*, na qual situou o projeto BVS-Psi Ulappsi no contexto da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia. "Esclareci que minimizar as mazelas sociais das populações da região é uma das grandes metas da Ulappsi e nesse sentido o acesso à informação é fundamental", completa.

Imaculada comenta sobre o significado deste tipo de encontro "O Congresso realizado no Peru marcou um momento muito importante da Psicologia Latino-Americana, pois reuniu doze países latinos para discutir o ensino e a prática da psicologia na região", comenta. Ela completa: "neste contexto, o Simpósio de Informação realizado durante o Congresso trouxe importantes contribuições em relação à gestão do conhecimento para o fazer da Psicologia".

Ao final do encontro, os membros da delegação brasileira receberam do Colégio dos Psicólogos do Peru o título de Psicólogos Honorários do Peru, uma homenagem e um reconhecimento da parceria entre os dois países.



Foto - Arquivo CFP



Foto - Arquivo CFP

Análise da Mídia

Vozes silenciadas

Pesquisa mostra que grande mídia trata MST de forma negativa e não aborda pautas do movimento

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) aparece com frequência nos grandes meios de comunicação do país, as pautas propostas pelo movimento não têm visibilidade. Essa é uma das principais conclusões obtidas por uma pesquisa que analisou a forma como emissoras de TV, jornais e revistas abordam o movimento.

Das 301 matérias analisadas, apenas 25 tratavam de temas como a reforma agrária. Nas outras notícias, o MST é citado de forma transversal, dentro de outros assuntos. “O MST aparece como sinônimo de baderna, ilegalidade, servindo para associar outros atores sociais com o movimento”, explica a professora da Universidade Federal do Ceará e responsável pela pesquisa, Mônica Mourão.

O período pesquisado foi de 10 de fevereiro a 17 de julho de 2010, duração das investigações de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre o MST, que foi mais citado em matérias sobre eleições (32% das inserções). Em segundo lugar vem o Abril Vermelho, série de ações do movimento pelo país (13,9% das inserções). A maioria dessas notícias cita o MST como autor de atos violentos. A CPMI, propriamente, só apareceu em oito matérias (2,6%) do universo pesquisado.

Outro dado que sustenta a conclusão do relatório, intitulado *Vozes silenciadas* é que quase 60% das matérias usaram termos negativos para se referir ao MST e a suas ações. Os termos predominantes foram “invasão” e seus derivados, como “invasores” ou o verbo “invadir”. Além disso, em 42,5% dos textos que falam de atos violentos,

o MST é citado como autor das ações, e em apenas 2% das matérias a organização é classificada como vítima.

“Esses veículos são ligados politicamente e economicamente à ala mais conservadora da sociedade. É claro que há coisas positivas, mas são exceções”, avalia a pesquisadora Mônica Mourão. A afinidade ideológica desses meios de comunicação com a elite brasileira não pode servir de justificativa para as práticas comprovadas na pesquisa, segundo Mônica. “Eles não precisam levantar a bandeira (do MST), mas espero, como cidadão, que os jornais façam um bom jornalismo. Espero que eles ouçam, coloquem contraponto nas matérias e contextualizem os fatos. Isso não está sendo feito”, arremata.

O relatório analisou as matérias que citaram o MST em três jornais de circulação nacional (*Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*), três revistas também de circulação nacional (*Veja*, *Época* e *Carta Capital*) e os dois telejornais de maior audiência no Brasil: *Jornal Nacional*, da



Foto - Agência Brasil

Rede Globo, e *Jornal da Record*. É uma realização do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social e contou com o apoio da Fundação Friedrich Ebert e da Federação do Trabalhadores em Radiodifusão e Televisão (Fitert).

Saiba mais:

Acesse a pesquisa em http://www.intervozes.org.br/publicacoes/livros/vozes-silenciadas/VozesSilenciadas_final_2908.pdf.

(Texto: Jacson Segundo – Observatório do Direito à Comunicação)

Aberta consulta pública sobre novo marco regulatório das comunicações

Está aberta consulta pública na internet para criar uma plataforma da sociedade para o novo marco regulatório das comunicações. A consulta ficará aberta até outubro, e permite que qualquer pessoa contribua.

A plataforma possui onze princípios e objetivos e 20 diretrizes. Traz como pontos de discussões, entre outros, a criação de Conselho Nacional de Comunicação, a proibição de outorgas para políticos e a criação de cotas para conteúdos regionais nos meios. O objetivo da plataforma é qualificar as propostas da sociedade civil sobre os temas, criar mais articulação e unidade nos movimentos que atuam na área e agitar a discussão nos estados sobre o novo marco regulatório. O CFP, em conjunto com sete organizações nacionais, entre elas o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), colaborou na elaboração da consulta.

Acesse aqui a consulta pública: <http://www.comunicacaodemocratica.org.br/>.

Atividades da Gestão

2009-2011 da Abep



A gestão que esteve à frente da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep) nos últimos dois anos (2009-2011) trabalhou nas mais diversas áreas da formação em Psicologia. Esse trabalho foi realizado em parceria com coordenadores de curso, professores, estudantes e demais profissionais que, em conjunto com a diretoria e com os gestores de núcleos da Abep, conseguiram se fazer presentes de forma participativa nos mais diversos eventos, buscando atender às necessidades da formação em Psicologia no Brasil. A Abep esteve presente em todos os cantos do Brasil e da América Latina, levando a pauta da qualificação na formação dos profissionais que atuam no ensino da Psicologia.

Houve grande investimento na discussão das diretrizes curriculares nacionais, publicadas em 2011, que trazem como destaque a obrigatoriedade da oferta da licenciatura em Psicologia em todos os cursos do território nacional. Essa pauta continua sendo discutida pela Abep, a fim de fornecer suporte às instituições de ensino superior na realização dessa importante tarefa.

Durante o 7º Congresso Norte-Nordeste de Psicologia, em maio de 2011, foi construída, em um esforço conjunto com os coordenadores de curso, a carta de Salvador, que reitera a importância da inclusão da licenciatura em Psicologia

e da discussão das diretrizes curriculares nacionais, a fim de atender às modificações exigidas e garantir a qualidade da formação tanto do Psicólogo quanto do professor de Psicologia. Naquele momento, a Abep fez um convite a todos, para que elaborassem projetos de licenciatura em sintonia com as demandas da sociedade e comprometidos com a formação da juventude brasileira. A carta foi entregue ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ligado ao Ministério da Educação, que se comprometeu a inseri-la nas políticas da formação em Psicologia.

A Abep participou do III Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão, em setembro de 2010, constituindo importantes espaços de discussão da formação em Psicologia. Também esteve presente no I Seminário sobre ensino de graduação a distância na área da saúde, promovido pelo Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde em março de 2011. Em conjunto com outras 14 entidades, assumiu posição contrária à oferta de cursos de graduação na modalidade de ensino a distância.

Participou do I Congresso Catarinense: Ciência e Profissão com o tema "Formação do Psicólogo: desafios atuais"; do VI Congresso Interamericano de Psicologia da Saúde e II Congresso Internacional de Neuropsicologia e Neurociência com

o tema "A Psicologia em 21 anos de SUS: sistema único, atuações plurais"; esteve no Encontro Nacional dos Trabalhadores do Suas, no qual uma das apresentações foi "O Mundo do trabalho: tensões, implicações e perspectivas no âmbito do Suas", e no Congresso Internacional de Psicologia na Universidade de Cajamarca, 2011, no Peru, durante o qual foi fundada a Associação Latino-Americana de Ensino de Psicologia (Alfepsi).

Durante esta gestão, a diretoria da Abep esteve presente em diversas reuniões com conselheiros do Conselho Nacional de Educação, diretores do Inep e representantes do MEC. As discussões resultaram em tomadas de decisões conjuntas para o avanço das relações entre essas instituições, bem como no estabelecimento de critérios para garantir seriedade e compromisso com a qualidade da formação em Psicologia.

A discussão sobre a organização e o funcionamento dos Serviços-Escola esteve presente em diversos momentos, durante esta gestão, seja em consultas específicas, seja durante a participação nos eventos. O tema é recorrente, devido à diversidade dos serviços prestados e às especificidades regionais da população brasileira.

Todo esse trabalho somente foi possível de ser concretizado pela atuação efetiva dos Núcleos da Abep e pela participação dos coordenadores de curso e demais associados.

Crepop

Nova metodologia

para pesquisar políticas públicas transversais

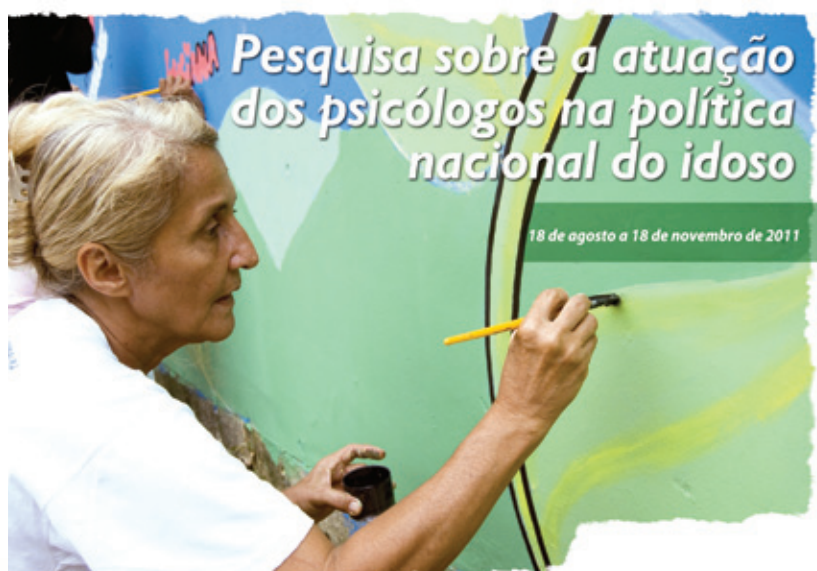
O Centro de Referências em Políticas Públicas (Crepop) está criando uma nova metodologia para o trabalho de pesquisas sobre a atuação de psicólogas e psicólogos em políticas públicas. A primeira pesquisa nesse novo formato, em caráter experimental, será sobre o trabalho dos psicólogos com idosos.

Até 2010, o Crepop produziu 21 pesquisas sobre a atuação dos psicólogos em políticas setoriais, tais como serviços hospitalares do SUS, proteção social especial, álcool e outras drogas, mobilidade urbana, políticas de assistência social – na qual já foram estudados Centros de Referência e Centros de Referência Especializados em Assistência Social.

A partir do final de 2010, no entanto, percebeu-se a necessidade de pesquisas sobre políticas públicas de forma mais amplas (saúde, educação, idoso, juventude, criança e adolescente, direitos humanos), que reúnem diversos segmentos do poder público, isto é, políticas transversais. “Essas novas demandas apontaram para a necessidade de investigações mais abrangentes, com mais gestores envolvidos, e que abordem diferentes tipos de serviços e políticas”, aponta Celso Tondim, conselheiro do CFP responsável pelo Crepop. De acordo com Tondim, “o que se observou, diante dessas demandas, foi um ampliação do conceito de políticas públicas usado pelo Crepop no seu projeto inicial, que estava ligado a políticas oferecidas diretamente pelo Estado”, avalia. As investigações, agora, passarão a considerar políticas executadas via convênios e parcerias com o Estado, sobretudo por organizações do terceiro setor.

Como funcionava

As pesquisas eram, até agora, feitas por meio de duas ações concomitantes. Uma delas era quantitativa;



psicólogas e psicólogos respondiam a um questionário via internet. A segunda, qualitativa, era presencial, tendo como base reuniões e grupos focais com psicólogas e psicólogos, realizados nos Conselhos Regionais.

Nova metodologia

A partir de agora, o Crepop pretende ter, a cada nova pesquisa, um conjunto de instrumentos de coleta de informações adaptado às especificidades do campo estudado. E quer usar, nas pesquisas, ferramentas mais dinâmicas e interativas, para facilitar a participação da categoria. A proposta é que o questionário on-line seja mais curto e que, além de coleta de dados da pesquisa, funcione como um banco de informações gerais de aspectos sociodemográficos dos psicólogos que trabalham nas políticas públicas.

A mudança na abordagem qualitativa buscará coletar informações mais detalhadas sobre o funcionamento das políticas, sua estrutura e sobre o trabalho dos psicólogos. Também se devem ampliar as fontes de dados (gestores, profissionais, psicólogos) com uso de entrevistas. A cada tema

estudado, serão buscados instrumentos que deem conta de retratar a transversalidade das políticas e a forma como se dá a inserção dos psicólogos.

Para Graça Gonçalves, professora da PUC-SP e membro da comissão *ad hoc* que discute a nova metodologia, o formato busca caracterizar de forma mais sistemática as políticas desenvolvidas em cada área. “É um esforço de envolver outros parceiros nas análises das informações apresentadas”, aponta, enfatizando que se pretende aprofundar parcerias com universidades, avançando na formação dos profissionais, incentivando pesquisas sobre a atuação em políticas públicas e fortalecendo o uso das pesquisas.

Outra preocupação é retratar com mais acuidade como cada política se estabelece nas diversas regiões do país, levando em conta as especificidades locais, “para que o trabalho represente o nacional ao mesmo tempo que destaque a participação regional no desenvolvimento nas políticas”, segundo Vera Lúcia Pasini, presidente do CRP-07 e membro da comissão *ad hoc* que discute a nova metodologia.

Após a pesquisa piloto sobre políticas para idosos, os novos métodos de trabalho do Crepop serão definidos pela Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf), que reúne delegados de todos os Conselhos Regionais e do Conselho Federal de Psicologia e é responsável pela orientação técnica e política do trabalho do Crepop.

Emergências

Estudo revela o abandono de pessoas atingidas por desastres



Foto - Neped/Ufscar

Pessoas mortas, desaparecidas, desabrigadas. Esse é o primeiro cenário dos desastres que atingem milhares de brasileiros todos os anos. Anos após a tragédia, o drama ainda perdura para a maioria dos atingidos e o desastre alcança outra etapa, a do abandono. A conclusão é do estudo *Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados*, que o Conselho Federal de Psicologia encomendou ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (Neped) da Universidade Federal de São Carlos.

Foram analisadas seis cidades atingidas por desastres – Ilhota (SC), Barreiros (PE), União dos Palmares (AL), Teresópolis (RJ), Petrópolis (RJ) e Jaboatão dos Guararapes (PE). Em todas, os desastres mantêm-se em curso, visto que os afetados não são apoiados em sua reabilitação e em sua recuperação.

O abandono se expressa no desativar de abrigos provisórios sem que a solução definitiva de moradia tenha sido criada, na falta de informações aos atingidos ou na ausência de recursos financeiros, humanos e materiais disponibilizados pelo poder público.

Em Ilhota (SC), atingida por inundações e escorregamentos de terra em 2008, uma mescla de serviços públicos não prestados e outros de qualidade questionável compõe o quadro de abandono. Algumas pontes, cuja entrega das obras ocorreu no início de 2010, já se encontram comprometidas e nem sequer permitem o tráfego carros de passeio.

Uma das principais atividades econômicas do município encontra-se prejudicada: com o problema das pontes, o escoamento da produção de madeira beneficiada é prejudicado, comprometendo empregos e de renda na comunidade. “Eu vou embora daqui, estou doente, não tenho mais coragem de ficar (...), quando chove, eu me mando (...): o rio, em 40 minutos está batendo na minha casa, coisa que nunca aconteceu. Quem está trabalhando, dá 10, 11 horas não volta para casa, cai barreira, cai ponte, o Baú ficou abandonado”, relata moradora da região citada na pesquisa.

Em União dos Palmares (AL), a 80 quilômetros de Maceió, atingida pelas enchentes do rio Mundaú em junho de 2010, o abandono é percebido no abrigo provisório, onde vivem ainda 65 famílias, que enfrentam insalubridade e falta de serviços básicos. O banho precisa ser tomado com roupa, pois homens, mulheres e crianças banham-se no mesmo espaço, sem divisórias. Há relatos de problemas de saúde e falta de assistência médica, insegurança física. Falta informação sobre o programa de reconstrução.

Segundo Norma Valêncio, coordenadora do estudo e do Neped, o vagar dos governos nas providências é indício do quadro agudo de desproteção de direitos dos afetados. “A letargia burocrática decorrente de um misto de insuficiência de quadros, incapacidade técnica e rotinas administrativas, cuja morosidade é aceita socialmente, é dissonante de um ideário de atendimento pleno nas emergências visando à normalização das rotinas do lugar”, afirma.

Referências

A Psicologia se insere no tema emergências e desastres na perspectiva dos direitos humanos, buscando ampliar e qualificar as possibilidades de cuidado dos atingidos. “A Psicologia busca entender os contextos de vida das populações em situação de vulnerabilidade e atua na perspectiva de evitar que, na reconstrução, novos desastres aconteçam”, explica a conselheira vice-presidente Clara Goldman.

Os Conselhos de Psicologia têm investindo nacionalmente na consolidação de políticas públicas para emergências e desastres. Há referências para atuação sendo produzidas pelo Crepop, e o II Seminário Nacional de Psicologia em Emergências e Desastres, em novembro, buscará construir conjunto de diretrizes que orientem a ação da Psicologia em situações de emergências e desastres.

Conheça o texto preparatório para o II Seminário em <http://emergenciasedesastres.cfp.org.br>.

O II Seminário Nacional de Psicologia em Emergências e Desastres acontece em Brasília entre os dias 23 e 25 de novembro de 2011 no auditório da Finatec da Universidade de Brasília (UnB) e conta com o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Centro de Desenvolvimento Sustentável (UnB). Informações e inscrições em: <http://emergenciasedesastres.cfp.org.br/>.

Processos éticos

Processos éticos julgados pela plenária do Conselho Federal de Psicologia em 12/8/2011 e em 30/9/2011.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP N.º 3915/10– ORIGEM: CRP-06
Advertência.

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que decidiu pela aplicação da pena de Advertência. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: Advertência.

DECISÃO CFP: Advertência.

DATA DO JULGAMENTO: 12/8/2011

PRESIDENTE DA SESSÃO: CLARA GOLDMAN RIBEMBOIM

RELATORA: SANDRA MARIA FRANCISCO DE AMORIM

PROCESSO ÉTICO PROFISSIONAL
CFP N.º 4018/10– ORIGEM: CRP-16
Censura Pública.

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso de ofício. Censura Pública.

DECISÃO CRP: Suspensão do exercício profissional por trinta dias.

DECISÃO CFP: Censura Pública.

DATA DO JULGAMENTO: 12/8/2011

PRESIDENTE DA SESSÃO: CLARA GOLDMAN RIBEMBOIM

RELATOR: ALUÍZIO LOPES DE BRITO

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP N.º 138/11– ORIGEM: CRP-06
ARQUIVAMENTO.

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o arquivamento. Decisão mantida.

DECISÃO CRP: Arquivamento.

DECISÃO CFP: Arquivamento.

DATA DO JULGAMENTO: 30/9/2011

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA
RELATORA: ROSELI GOFFMAN

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP N.º 4165/10– ORIGEM: CRP-08
Censura Pública

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional da 8ª Região que aplicou a pena de advertência. Provimento Parcial ao Recurso. Decisão Reformada.

DECISÃO CRP: Advertência

DECISÃO CFP: Censura Pública

DATA DO JULGAMENTO: 30/9/2011

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATORA: CYNTHIA REJANE CORREA ARAÚJO CIARALLO

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP N.º 4321/10– ORIGEM: CRP-06
CENSURA PÚBLICA.

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional da 6ª Região que decidiu pela aplicação da pena de Censura Pública. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: Censura Pública.

DECISÃO CFP: Censura Pública.

DATA DO JULGAMENTO: 30/9/2011

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATORA: ANA LUIZA DE SOUZA CASTRO

Conforme o artigo 79 da Resolução CFP nº006/7, a execução da pena compete ao Conselho Regional de Psicologia.

Vem aí a 2ª Mostra Nacional de Práticas de Psicologia!

A 2ª Mostra acontecerá entre 20 e 22 de setembro de 2012, em São Paulo, no Anhembi, e fará parte das comemorações dos 50 anos da Psicologia como profissão no Brasil. A intenção é que a 2ª Mostra transforme-se em espaço de intercâmbio das práticas que estão sendo construídas e validadas, pelas psicólogas e psicólogos brasileiros. Ela será oportunida-

de para a realização de debates e articulações que visem ao fortalecimento da profissão no País.

Conte-nos como foi a sua experiência na 1ª Mostra.

Faça parte deste grande evento e ajude a divulgá-lo nas redes sociais:

#mostrapsicologia!

Venha saber mais: <http://mostra.cfp.org.br>.

Acompanhe o CFP nas redes sociais!



YOUTUBE

[Http://www.youtube.com/user/confederalpsicologia](http://www.youtube.com/user/confederalpsicologia)



FACEBOOK

CFP - Conselho Federal de Psicologia



TWITTER

[Http://twitter.com/cfp_psicologia](http://twitter.com/cfp_psicologia)
ou @ cfp_psicologia

Agenda

I Simpósio de Práticas Integrativas em Saúde

5/11/2011

Juazeiro – BA

(87) 9944 7352

E-mail: psidovale@hotmail.com

Link: www.psidovale.univasf.edu.br

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Psicologia Genéticas

7/11/2011 a 10/11/2011

Marília – SP

(14) 3311 9500

E-mail: Eventos@fundepe.com

Link: www.fundepe.com/coloquiopiaget2011

IV Congresso Latino-Americano de Psicoterapia existencial e enfoques afins

16/11/2011 a 18/11/2011

Rio de Janeiro – RJ

(21) 2334 0639

E-mail: ifen@ifen.com.br

Link: http://www.cepuerj.uerj.br/eventos/IV_psico_2011/psico_2011.aspx

VII Seminário Nacional Psicologia e Direitos Humanos – Drogas: Direitos Humanos e Laço Social

17 e 18/11/2011

Brasília – DF

Link: www.cfp.org.br

Atividade Clínica: Supervisão I e II

18/11/2011

São Paulo – SP

(11) 3864 2330 ou 3865 0017

E-mail: cep@centropsicanalise.com.br

Link: www.centropsicanalise.com.br

Curso Breve: O Desejo, a Angústia e o Gozo: Teoria e Incidências Clínicas

19/11/2011

São Paulo – SP

(11) 3864 2330 ou (11) 3865 0017

E-mail: CEP@centrodepsicanalise.com.br

Link: http://www.centropsicanalise.com.br/

Seminário Teórico: A Neocatarse e a Clínica Contemporânea

11/11/2011 a 25/11/2011

São Paulo – SP

(11) 3864 2330 ou (11) 3865 0017

E-mail: cep@centropsicanalise.com.br

Link: www.centropsicanalise.com.br

Seminário Serviços Psicológicos On Line: transmissão via internet

22/11/2011

Link: www.cfp.org.br

II Seminário Nacional da Psicologia em Emergências e Desastres

23/11/2011 a 25/11/2011

Brasília – DF

Link: http://emergenciasdesastres.cfp.org.br/

XIII Jornadas de formações clínicas do campo Lacaniano-FCCLRJ:

A clínica do ato

25/11/2011 a 27/11/2011

Rio de Janeiro – RJ

(21) 2537 1786 ou (21) 2286 9225

E-mail: secretaria@fcclrio.org.br

Link: www.fcclrio.org.br

Debate “O Mal-Estar na Relação Mãe-Bebê e sua Intervenção Clínica”

25/11/2011

(11) 3864 2330 ou (11) 3865 0017

E-mail: cep@centropsicanalise.com.br

Link: www.centropsicanalise.com.br

XIII Jornadas de Formações Clínicas do Campo Lacaniano - FCCL/RJ - “A Clínica do Ato.”

25/11/2011

Rio de Janeiro - RJ

(21) 22869225

E-mail: secretaria@fcclrio.org.br

Link: www.fcclrio.org.br

Curso de PMK (Psicodiagnóstico Miocinético)

30/11/2011

Belo Horizonte – MG

(31) 3335 3574

E-mail: klcnet@klcnet.com.br

Link: www.klcnet.com.br

Psicólogo/a:

**para receber
os boletins do CFP,
cadastre seu email em
www.pol.org.br**

IMPRESSO

Conselho Federal de Psicologia

Fone: (61) 2109-0100

Fax: (61) 2109-0150

SAF/Sul Quadra 02, Lote 02, Bloco B, Ed. Via Office, Sala 104

CEP 70.070-600 – Brasília – DF

e-mail: contato@pol.org.br

home page: www.pol.org.br



Impresso Especial

9912255217/2010-DR/BSB
CFP

...CORREIOS...